



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----ATA-----
Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Verde de dezasseis de outubro de dois mil e dezassete. -----
-----Aos dezasseis dias do mês de outubro de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Verde, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Carlos António Andrade Arantes, com a seguinte ordem de trabalhos:-----
-----1.- Discussão e votação das atas relativas às seguintes sessões: -----
----- Ordinária de trinta de junho de dois mil e dezassete,-----
-----Extraordinária de vinte de julho de dois mil e dezassete;-----
-----2.- Correspondência – Consideração e análise; -----
-----3.- Período de antes da ordem do dia; -----
-----4.- Assuntos propostos pela Câmara Municipal: -----
-----4.1.- Deliberar sobre ratificação do ato do Presidente da Câmara Municipal – Dr. António Vilela –, produzido em dezasseis de novembro de dois mil e nove, que autoriza a transferência da responsabilidade de recolha de óleos alimentares usados – OAU, do Município de Vila Verde para a Braval;-----
-----4.2.- Discutir e votar proposta da Câmara Municipal que pretende seja autorizado alterar o Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos, no Município de Vila Verde; -----
-----4.3.- Discutir e votar proposta da Câmara que tem como finalidade solicitar à Assembleia Municipal a apreciação, no sentido de deliberar sobre o interesse público estratégico, do empreendimento proposto pela entidade requerente – Vieira & Lopes LDA – NIF – 504 280 848, ao abrigo do disposto a alínea C, do número um do artigo 28.º do RPDMVV em vigor; -----
-----5.- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira. -----
-----6.- Período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias; -----
-----7.- Período de intervenção aberto ao público. -----
-----Estiveram presentes na reunião cinquenta e dois membros. -----
-----Presidiu à reunião Carlos António Andrade Arantes; José Costa, que exerceu as funções de Primeiro Secretário, e, Manuel Pereira que, a convite do Presidente da Mesa e com a unânime concordância do Plenário, exerceu as funções de Segundo Secretário, também estiveram presentes. -----
-----O Plenário decidiu, por unanimidade, relevar a falta do Presidente da Junta de Freguesia de Cabanelas, António Esquível Gomes à sessão de trinta de junho de dois mil e dezassete. Foram ainda relevadas as seguintes faltas à sessão de dezasseis de outubro de dois mil e dezassete: Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Martinha Couto Soares; Presidente da Junta de Freguesia de Sabariz, Fernando Antunes da Silva, e Eduardo Rodrigues, do PS. -----
-----No primeiro ponto, a ata da sessão ordinária de trinta de junho de dois mil e dezassete foi aprovada por maioria, com cinquenta e um votos a favor, uma abstenção e zero votos contra. A ata da sessão extraordinária de vinte de julho de dois mil e dezassete foi aprovada por unanimidade.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----No segundo ponto - correspondência – consideração e análise -, O Presidente da Mesa esclareceu que tinha rececionado o número três da Revista das Assembleias Municipais, da Associação de Estudos de Direito Regional e Local, e Projeto de Lei do Grupo Parlamentar Os Verdes sobre a assistência a banhistas.-----

-----No terceiro ponto - período de antes da ordem do dia -, Ricardo Arantes, do PS, propôs um voto de louvor aos Bombeiros Voluntários, para agradecer e elogiar as capacidades de homens e mulheres que se encontravam como voluntários, sem medo e sem pressão, a combater os incêndios neste país, perante cenários de horror como os do dia precedente, lutando numa batalha sem tréguas, para além dos seus limites, garantindo a segurança das pessoas e bens, sem olhar, muitas vezes, ao seu perigo. Os Bombeiros Voluntários eram, assim, pilares de valores fundamentais, como a solidariedade e o altruísmo, importando, nesta última participação na sessão da Assembleia do mesmo orador, demonstrar a sua gratidão e a do Plenário em relação aos soldados da paz.-----

----Luís Castro, do PS, cumprimentou e felicitou democraticamente os vencedores das últimas eleições autárquicas e formulou-lhes votos de um bom mandato, com os maiores êxitos em prol dos Vilaverdenses, acima de tudo com os votos de que cumprissem, pelo menos, algumas das promessas feitas, entre as quais a rede de saneamento básico e a de distribuição de água, e de que melhorassem, efetivamente, o concelho. Despedindo-se do Plenário, Luís Castro revelou que tinha sido para si um privilégio e uma honra ter estado neste órgão durante oito anos. Ao cessar estas funções que procurara dignificar e honrar havia duas situações de sinal contrário que pretendia partilhar. Primeiro, a grande frustração por, ao fim destes oito anos, constatar que as grandes bandeiras por que se batera continuavam a ser objetivos não atingidos, sobretudo a rede de saneamento básico e a de distribuição de água. Aquando da sua intervenção, há oito anos, o concelho tinha uma cobertura de cerca de trinta por cento na rede de saneamento básico e, hoje, a situação mantinha-se inalterada. Sobre o saneamento já tudo havia sido anunciado e prometido, desde há vinte anos e muito em especial de quatro em quatro anos, o que faltava agora era mesmo o saneamento. De quatro em quatro anos, o Município necessitava de anunciar alguma coisa para que tudo ficasse na mesma. Este Executivo persistia em manter os Vilaverdenses a conviver com as fossas sépticas, ao mesmo tempo que dizia que os mesmos tinham qualidade de vida. Um Vilaverdense confidenciara-lhe que, para ter efetivamente qualidade de vida, a única via que vislumbrava era sair do concelho. Era esta a desilusão que se sentia ao cabo de tantos anos de promessas repetidas mas não cumpridas. Enganar os Vilaverdenses tinha sido fácil. Luís Castro perguntou ao Presidente da Câmara até quando ia enganar os Vilaverdenses. A par do sentimento de desilusão, o mesmo orador enfatizou o sentimento do dever cumprido, em dois mandatos de liderança da bancada do PS movido pelos projetos e pelas grandes causas, tomando as deliberações de forma responsável e a pensar no bem-estar dos Vilaverdenses. Haviam votado a favor de medidas e propostas da Câmara com as quais tinham concordado por verem nelas refletido o desenvolvimento do concelho ou a melhoria da qualidade de vida dos Vilaverdenses, assim como tinham criticado opções estratégicas das quais discordaram, movendo-os as causas e jamais os casos. As posições tomadas nunca visaram as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

peessoas, mas tão-só o melhor para Vila Verde. Luís Castro considerou que, contrariando a tendência expressa de alguns elementos desta Assembleia Municipal de votarem sempre por tradição as propostas da Câmara Municipal, este era um espaço para o debate de ideias e projetos, de forma livre e crítica, mas sem haver lugar para ofensas pessoais. As sessões haviam-se pautado pelo respeito mútuo, com elevação e com dignidade, independentemente de terem sido feitas intervenções mais calorosas. Deixou, ainda assim, o seu pedido de desculpas àqueles que porventura se tinham sido ofendidos com algumas das suas palavras, ao mesmo tempo que agradeceu a cordialidade e o respeito que consigo todos mantiveram. Agradeceu igualmente aos elementos da bancada socialista que consigo haviam trabalhado e formulou votos dos maiores êxitos à futura Assembleia Municipal. Aconselhou aos novos membros do Plenário uma postura de elevação, mas com um responsável sentido crítico e com liberdade e convicção. -----

-----Maria Luísa Gonçalves, do PS, depois de referir que participava pela última vez nesta Assembleia Municipal, enquanto Deputada Municipal, lembrou que havia sido eleita para este órgão deliberativo nos atos eleitorais de dois mil e nove e dois mil e treze, convite do Dr. Luís Filipe Silva, não era, nem tinha sido militante de nenhum partido, sempre defendera e integrara projetos que considerara serem os melhores para a sua terra e para o concelho de Vila Verde. Ao olhar para trás, olhava com orgulho para todas as posições que aqui havia tomado, embora tivesse sido muitas vezes mal interpretada e até, criticada dentro e fora desta sala. Tinha tomado sempre posições em consciência, considerando o que julgava ser melhor para Vila Verde, continuando a pensar que era com a pluralidade de opiniões que se encontrava as melhores soluções e nunca com posições exigidas ou ditadas pelos interesses pessoais ou partidários e que não era obedecendo a tais interesses que se construía alternativas credíveis nem que se defendia os reais interesses de um concelho e das suas populações. Mais considerava que, no Plenário, haviam sido foram aprovados negócios muito ruins para o concelho, no entanto, também conseguia ver boas tomadas de posição e consensos benéficos para Vila Verde. Tinham razão aqueles que acusavam de não haver pensado no Partido Socialista e nos interesses eleitoralistas que já se avizinhavam, orgulhando-se de ter antes pensado em Vila Verde e nos Vilaverdenses e agido de acordo com a sua total liberdade de opinião e expressão. A mesma oradora deixou o seu agradecimento aos Vilaverdenses que, em dois mil e nove e dois mil e treze, haviam acreditado nesta alternativa e que com o seu voto a tinham colocado ali. Agradeceu também a todos os deputados municipais pela forma cordial e respeitosa com que sempre a trataram dentro desta sala, durante os trabalhos deste órgão, assim como aos elementos que constituíram a Mesa da Assembleia nestes dois mandatos. Agradeceu particularmente ao seu colega de bancada, Carlos Mendes, um Homem de causas, e ao Vereador Luís Filipe Silva pelo convite que lhe fizera e por estes oito anos de partilha num projeto saudável, verdadeiro e que muito de bom carregou para a vida pública concelhia e por tudo aquilo que deu a Vila Verde. O futuro poderá surpreender muita gente, pois estou convicta que ainda poderá dar muito mais a Vila Verde. Expressou ainda o seu agradecimento e respeito a todos os bombeiros e populares que tinham lutado para proteger o concelho do flagelo do fogo. -----

-----Manuel pereira, do CDS-PP, também interveio para se despedir e admitiu que, nestes dois mandatos tinha aprendido muito, ouvira muita gente a falar bem, apenas tinha que agradecer a todas as pessoas com quem havia lidado e reconheceu que havia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

sido bem tratado por toda a gente. Aos eleitos recomendou que fossem dignos e que respeitassem todos os membros da assembleia Municipal. -----

-----No ponto 4.1. - deliberar sobre ratificação do ato do Presidente da Câmara Municipal – Dr. António Vilela –, produzido em dezasseis de novembro de dois mil e nove, que autoriza a transferência da responsabilidade de recolha de óleos alimentares usados – OAU, do Município de Vila Verde para a Braval -, o Presidente da Câmara Municipal começou por aludir às intervenções que o precederam, particularmente à de Luís Castro que se tinha referido à sua pessoa quando pedira que o Presidente da Câmara deixasse de enganar os Vilaverdenses. O Edil conveio que Luís Castro fez apelo a uma ideia muito particular de democracia, apenas à sua maneira, ao apelidar os Vilaverdenses e os próprios membros do Plenário de ignorantes, quando referiu que os Vilaverdenses se deixavam enganar. Ao invés, os Vilaverdenses não se deixavam enganar, sabiam muito bem o que faziam e o que queiram para o seu concelho, por isso deviam ser respeitados e tidos em consideração. Relativamente à afirmação de que alguns elementos desta Assembleia Municipal votavam sempre por tradição as propostas da Câmara Municipal, o Presidente da Edilidade Vilaverdense asseverou que nunca ninguém havia sido coagido a votar em quem quer que fosse e que as pessoas votavam nas propostas que entendiam melhor servir o interesse do concelho e dos Vilaverdenses. Também a este nível tinha tratado as pessoas como sendo incapazes de formular o seu próprio juízo e as suas vontades. O Presidente da Câmara sublinhou que os membros do Plenário mereciam a sua máxima consideração porque eram pessoas inteligentes e capazes, que sabiam respeitar os outros, e considerou que esta atitude de Luís Castro em nada o dignificava nem tão-pouco dignificava a bancada do PS, a qual, certamente, não se revia nestas afirmações do mesmo orador. Era forçoso admitir que as maiorias decidiam bem e faziam-no porque assim queriam e não porque a tal eram obrigadas. O Presidente da Câmara dirigiu-se também em especial a todos quantos se tinham empenhado no combate aos incêndios. Se não tivesse sido a atitude pronta de muitos populares, dos Presidentes de Junta e dos Bombeiros Voluntários de Vila Verde, a catástrofe também teria batido à porta do concelho de Vila Verde. No dia anterior, a exemplo do que havia sucedido ao longo do ano, em resultado da mobilização de meios para outros municípios flagelados pelos incêndios, os populares e os Presidentes de Junta, conjuntamente com os sapadores florestais e com funcionários do município, em muitos pontos do concelho, lograrem combater os fogos e evitar que algo de mais grave sucedesse em Vila Verde. Tinham sido numerosas as ignições combatidas em todo o concelho e o Edil deixou o seu mais profundo agradecimento a todos quantos se mobilizaram para lhes fazer frente com eficácia. Quando aos trinta por cento de rede de saneamento que, segundo Luís Castro, se haviam mantido no concelho nos últimos oito anos, o Presidente da Câmara, depois de referir que, de acordo com o PS, a situação havia piorado, já que esta formação partidária tinha tornado público que a mesma rede se quedava pelos vinte e oito por cento, affiançou que os números avançados pelo PS eram muito inferiores à realidade e que, em tempo oportuno os exatos dados atinentes à cobertura da rede de saneamento iam ser revelados, na certeza de que os números iam ser bem superiores aos vinte e oito ou trinta por cento. Vila Verde continuava com o problema do saneamento por resolver, mas já não tinha qualquer foco ativo de poluição a este nível. O Presidente da Câmara, reportando-se à não convocação inicial desta sessão para um tempo anterior ao final do mês de setembro, esclareceu que havia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

necessidade de deliberar acerca do interesse estratégico de uma indústria que se estava a instalar no concelho e o período de discussão pública apenas tinha terminado exatamente no dia em que tinha sido agendada esta sessão. Havia urgência em incluir este ponto, porque a indústria tinha um projeto aprovado e um financiamento definido e necessitava dar andamento ao processo. -----

-----O ponto 4.1. foi aprovado por unanimidade. -----

-----O ponto 4.2.- discutir e votar proposta da Câmara Municipal que pretende seja autorizado alterar o Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos, no Município de Vila Verde – foi aprovado por unanimidade. -----

-----O ponto 4.3.- discutir e votar proposta da Câmara que tem como finalidade solicitar à Assembleia Municipal a apreciação, no sentido de deliberar sobre o interesse público estratégico, do empreendimento proposto pela entidade requerente – Vieira & Lopes LDA – NIF – 504 280 848, ao abrigo do disposto na alínea C), do número um do artigo 28.º do RPDMVV em vigor – foi aprovado por unanimidade. -----

-----No ponto 5.- apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira – não se registou qualquer pedido de intervenção. -----

----No ponto 6.- período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias -, o Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Prado recordou que tinha sido o Vereador Luís Filipe Silva a convidá-lo para estas andanças, na Assembleia Municipal, mas ditara o destino o seu afastamento do projeto do PS, pelas razões que o mesmo Vereador, melhor do que ninguém, saberia e que o próprio iria explicar oportunamente. No mandato dois mil e nove dois mil e treze, estivera no projeto socialista, mas sob a liderança de José Morais, mas, por razões que eram consabidas, quisera também o destino que Paulo Gomes declinasse a sua continuidade no PS. Sem renegar por onde começara, desejava cumprimentar os seus amigos e camaradas do PS e aqueles que, dentro deste, o haviam ajudado a crescer politicamente. Não podia também esquecer o muito que, na verticalidade, na seriedade e na sagacidade, havia aprendido com o Dr. João Lobo. Não podia igualmente esquecer todos quantos, mesmo não partilhando das suas posições, sempre o tinham respeitado, merecendo destaque a D. Filomena Peixoto, na assessoria deste órgão e da Comissão Permanente, pela inteira disponibilidade sempre manifestada. Serviu sempre o PS sem nunca deixar que se servissem de si. Em dado momento, havia entendido que devia sair, estando hoje à vontade para seguir o que entendia seguir e criar o que bem entendia, agora nua lógica independente. No futuro, quer no concelho quer na sua freguesia, não ia alinhar com candidatos amestrados, não havia nem receita nem rabisco que o segurasse num sítio remodelado onde não houvesse projeto político, onde subsistisse apenas uma amálgama e interesses políticos pouco claros e nada dignificantes nem para a mesma freguesia nem para o concelho. Relativamente a estes dois mandatos como Presidente da Junta de Freguesia dormia em consciência sem o receio de ser acometido de qualquer caso de gratidão ou favor para quem quer que fosse, respirando longe da insolvência de princípios e de valores de que se demarcava. Elogiara quando entendia que o devia fazer e criticara quando tinha julgado necessário, sempre colaborando e oferecendo os seus préstimos, sem jamais se demitir das suas responsabilidades. Apresentava-se, pois, com o sentido do dever



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

cumprido e com a consciência tranquila de que tanto tinha feito pela Vila de Prado. Recordou ao Presidente da Câmara que, embora reconhecesse o esforço feito pelo Edil na sua freguesia, o mesmo, por vezes, havia sido inversamente proporcional à sua vontade de resolver questões, nomeadamente as obras que ainda não estavam concluídas na totalidade. Aludiu a fases de obras atinentes à realização do Campeonato do Mundo de Maratona em Canoagem, à iluminação cénica da ponte de Prado, à iluminação do campo da feira, ao saneamento, às vias estruturantes e às escolas. Era certo que havia obras em concurso e em execução, mas recomendava que as mesmas não fossem deixadas a meio ou que não deixasse que o povo dissesse que as guardava para a altura das eleições. Regozijava-se, ainda assim, de ter tido, com o Presidente da Câmara e com os seus pares, as melhores relações autárquicas. Como agentes políticos, tinham a obrigação de querer sempre o melhor e sabia que o Presidente da Câmara o fazia, embora com alguma teimosia e resistência a pedidos dos Presidentes de Junta. Há muito que defendia a profissionalização dos Presidentes de Junta para que estes deixassem de ser o parente pobre da política, embora esta fosse uma decisão do poder central. Mais sustentou que os mesmos autarcas não podiam continuar de chapéu na mão a pedir ao município pequenas verbas para a execução de também pequenas obras e exortou o Presidente da Câmara a disponibilizar uma verba semelhante às que as freguesias recebiam do FFF, numa decisão que concorreria para a descentralização e para a agilização da administração local. Sabia, contudo, que o município estava a cumprir a Lei a este nível. O Presidente da Junta de Vila de Prado aludiu ainda à utilização das redes sócias, em tempo eleitoral, para disparar em todas as direções e manifestou o desejo de que tais atiradores, que disparavam em tudo o que mexia, mesmo contra as suas próprias famílias, sem se esconderem atrás do seu perfil, viessem ao Plenário, à praça pública, criar espaços certos para o debate de ideias. Apelou a que se deixassem de “facebook” para achincalhar e para atirar pedras quando se tinha telhados de vidro. A política devia ser feita através de debates públicas e gostava de ver o seu concelho num debate público político, mas também a comunicação social se havia eximido de potenciar esta situação. Os políticos de Vila Verde não podiam deixar que alguns “loucos” das redes sociais continuassem a confundir tudo e todos e fizessem o povo duvidar. Urgia, pois, mudar o paradigma de fazer política, sendo-se sério em prol de Vila Verde. -----

-----No ponto 7. - período de intervenção aberto ao público - não se verificou qualquer pedido de intervenção. -----

-----A minuta da ata da reunião de dezasseis de outubro de dois mil e dezassete foi aprovada por unânime vontade dos membros presentes na Assembleia, em número de cinquenta e dois, aquando da votação e apresentação da mesma, e com vista a que as respetivas deliberações se tornassem executórias e pudessem, assim, produzir efeitos imediatos. -----

-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou presente ata que, de pois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa.--

-----Paços do Concelho de Vila Verde, em vinte e um de dezembro de dois mil e dezassete. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

O Presidente

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário
